

Ensino Médio

Projeto “Eu Para”

O Ensino Médio, etapa final da Escola Básica, possui caráter de terminalidade e tem por finalidade: a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento dos estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico- tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Levará em conta todo o material apreendido e armazenado no campo cognitivo dos educandos durante os dois ciclos do Ensino Fundamental. Assegurará a todos os alunos, a oportunidade de consolidar e aprofundar conhecimentos e permanecerá como um segmento de ensino, pautado na experiência e vivência pessoal dos alunos, permitindo o estabelecimento de diferentes tipos de relações entre os sujeitos, entre os sujeitos e a sociedade, entre os sujeitos e a natureza que o cerca. Dotará os alunos de ferramentas cognitivas que possibilitarão o prosseguimento dos estudos e o aprimoramento do educando como pessoa humana.

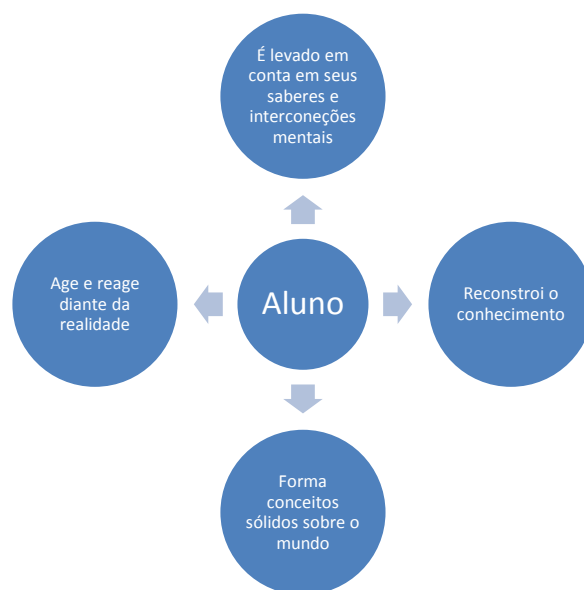
Tendo em vista os pressupostos apontados na lei, o Programa “Tem Jeito Sim” através do Projeto “Eu Para”, tem por objetivo a construção do sujeito social, promovendo através da análise das políticas públicas, indicação de intervenção necessária à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos inseridos na escola. A construção desse sujeito planetário (Morin), que “se vê” como parte constituinte da natureza e, portanto, exercendo papel fundamental na conservação e preservação desse meio, é princípio máximo do projeto educacional.

Para atendimento de um Programa que tem por meta: o desenvolvimento da cidadania focada no bem comum; a construção de um sujeito histórico que busca em suas raízes a construção de sentido sobre o que vê e toca; a autonomia moral e

intelectual que possibilita agir na construção de sua identidade e de seu conhecimento, uma reorganização curricular fez-se necessária. O trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia, dimensões importantes a considerar na atividade escolar do Ensino Médio, encontram no ensino por competências e habilidades e nos fundamentos do Projeto “Eu Para”, o viés necessário a sua efetivação.

Devido à facilidade e velocidade com que as informações circulam atualmente, fica explícita a necessidade de um modelo educacional que coloque em ação o educando, leve em consideração seus saberes e interconexões mentais e principalmente favoreça o protagonismo juvenil. O grande desafio para as instituições de ensino na contemporaneidade está, justamente, na elaboração de programas educacionais que consigam criar pontes motivadoras para que os alunos atribuam sentido aos objetos de estudo e, a partir daí, busquem, comparem, imaginem, pesquisem, criem, produzam, comuniquem, modifiquem.

O espaço para a troca de ideias, a construção de conceitos, o assumir novas posturas, o demonstrar interesses, o discordar, o propor soluções, o encaminhar propostas, o demonstrar desejos, o construir significados, contribuirá para a utilização do aprendizado em novas situações, não se resumindo apenas aos aspectos cognitivos, mas também aos afetivos e aos psicossociais.



O Projeto “Eu Para” foca todos os seus procedimentos no ato de pensar, pois reconhece a importância do pensamento para o crescimento e a manutenção de uma sociedade igualitária.

“Pensar é uma forma de perguntar pelos fatos, e se o pensamento tem algum objetivo, os fatos assim encontrados serão significativos para esse objetivo. Nesse caso temos aprendizagem intencional, e uma pessoa está amadurecendo quando suas atividades são disciplinadas pelo objetivo”. (Taths, 1977).

Durante anos, os educadores compartilharam a ideia de que a aprendizagem favoreceria o processo de maturidade dos indivíduos e que ele, professor, agente dessa aprendizagem, era responsável pela transmissão dos conhecimentos. Em sua responsabilidade por ensinar, desconsiderava as vivências e experiências interiores dos alunos não entendendo que não estava nele, professor, o processo de amadurecimento do outro.

Avançar desse patamar para a consciência de que é a práxis que permite o pensar sobre o objeto do conhecimento e que cabe a ele, professor, a brilhante tarefa de auxiliar o aprendiz na construção de sentido sobre os fatos, acontecimentos e fenômenos da vida, levou os educadores do Colégio Nacional a refletirem sobre uma curricularidade que considerasse a possibilidade de amadurecimento do aluno através do processo de reflexão e análise do pensamento.

Esse sujeito interdisciplinar que vê a vida na sua totalidade e que considera sua história de vida pessoal como referencial para agir sobre o meio, encontrará no outro, o par avançado para pensar, elaborar estratégias, discutir hipóteses, refutar ou concordar com as ações e, principalmente, escolher, baseado na certeza de que refletiu e ponderou sobre.

Esse sujeito propositivo encontrará no Projeto “Eu Para” o campo fértil para desenvolvimento de sua autonomia moral e intelectual. Através do trabalho e do debruçar sobre a resolução dos problemas que afligem o humano, recorrerá aos conteúdos de aprendizagem adquiridos nas diversas áreas do conhecimento, empregará

suas competências cognitivas de nível básico, procedimental e global e deixará fluir sua sensibilidade, leveza e serenidade, fruto de uma maturidade adquirida no respeito e no convívio. O sujeito histórico nasce e floresce para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. O conhecimento da vida introduz-nos na vida do conhecimento de maneira extraordinariamente íntima. (Maturama in O Método de Edgar Morin).

Os princípios pedagógicos da identidade, da diversidade e autonomia, da interdisciplinaridade e contextualização, serão adotados como eixos estruturadores do currículo do Ensino Médio e encontrarão na visão sistêmica, as conexões necessárias entre a Escola Básica e o Ensino Superior e entre a formação humanística, científica, cultural e a formação profissionalizante como apregoa a legislação.

Buscando o rompimento com a concepção curricular de caráter instrumental e disciplinar, o Programa “Eu Para” aposta numa concepção de currículo como rede de relações partilhadas e redes coletivas de trabalho, que possibilitem aos professores e alunos, o reconhecimento dos conflitos existentes na sociedade; a análise coletiva dos fatos; o levantamento das problematizações que mobilizarão a ação; a pesquisa e a resolução dos problemas e finalmente a criação de soluções viáveis com os limites e possibilidades dos diversos grupos e sujeitos.

Edgard Morin, em seu livro “O Método” (2002), traz algumas reflexões a respeito das questões cognitivas essenciais que a educação hierárquica, disciplinar e especializada acarretou: “Como salvaguardar os problemas fundamentais de uma cultura humanística? Como integrar os conhecimentos desintegrados pelo processo de especialização disciplinar? Como trazer à baila questões fundamentais a respeito das questões cognitivas essenciais que estão esmagadas pela organização técnico-burocrática? Como engrenar a reflexividade da cultura humanística com a objetividade da cultura científica? Como aspirar ao conhecimento que satisfaz quando esses conhecimentos encontram-se divididos em saberes compartimentados e fechados? Como ultrapassar os limites cognitivos da especialização desenvolvendo as competências cognitivas asseguradas por essa especialização? Como fazer para que o conhecimento reconheça seus próprios problemas fundamentais e possa reconhecer-se a si mesmo? Como tratar as questões que colocam o problema da reestruturação dos

princípios do conhecimento e o da reestruturação da escola e da universidade, ou seja, a organização sociocultural da produção e a transmissão do conhecimento?”.

Uma organização curricular que responda a esses desafios necessita adotar estratégias de ensino diversificado que mobilize menos a memória e mais o raciocínio lógico; potencialize as interações entre professores e alunos de modo a permitir constantes negociações entre os saberes e a construção de um conhecimento coletivo; mobilize a ação dos alunos respeitando suas vivências e possibilitando a construção de sentido sobre os fatos e acontecimentos; estimule procedimentos e atividades que favoreçam o protagonismo juvenil como o inventar e o reinventar, a experimentação, a execução de projetos, as ações comunitárias.

O currículo centrado no indivíduo deverá organizar as expectativas e conteúdos de aprendizagem em áreas interdisciplinares. O conceito estruturador será o pilar, o eixo vertebrador que conectará as disciplinas das áreas atribuindo sentido às aprendizagens escolares.

Cada disciplina deverá identificar seu conceito mais abrangente que possibilite a construção de situações de aprendizagens inclusivas para que os alunos aprendam de forma significativa (Ausubel). A curricularidade integrada em rede permitirá um “debruçar” dos professores sobre o que é fundamental aprender, forçará a ruptura com a organização disciplinar, trará o “olhar interdisciplinar” para o aluno que conseguirá construir pontes de significado entre as áreas e entre as áreas e as disciplinas. Essas aproximações permitirão um ensino contextualizado, mobilizará o trabalho intelectual e auxiliará na autonomia dos sujeitos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

Os elementos do tronco comum — línguas, ciências e cultura geral — (Delors, 2012), por estarem em constante atualização e enriquecimento, propiciarão entendimento dos fenômenos que ocorrem em esfera mundial, compreensão sobre a grandeza das relações interculturais no aprimoramento do humano, emprego da ciência focada no bem comum e na busca pela qualidade de vida de todos, preocupação com a preservação do ambiente e a preparação para a vida. Cuidar de si, cuidar do outro e

cuidar desse lugar como princípio a ser vivenciado por educadores e educandos num trabalho sistêmico, integrado e coletivo.

Uma opção metodológica que contemple um currículo dessa envergadura deverá levar em consideração a mobilização para o conhecimento, a construção do conhecimento, a elaboração e expressão da síntese do conhecimento. A participação ativa dos estudantes no desenvolvimento de suas capacidades e na elaboração de seu conhecimento encontrará nos projetos, atividades investigativas e tarefas de aprendizagem, o processo de ação—reflexão—ação tão necessário ao trabalho intelectual.

A metodologia de trabalho em sala de aula deverá ser a síntese, a concretização, o reflexo de toda a concepção educacional (Vasconcelos, 2005) que o Programa “Tem Jeito Sim” defende e girará em torno do dialógico e do investigativo por acreditar que *“as funções essenciais da inteligência consistem em compreender e inventar, ou seja, construir estruturas para estruturar o real (Piaget, 1970)”*. A defesa dessa concepção metodológica somente será possível em espaços que favoreçam interações discursivas (língua) entre educadores e educandos.

Somente espaços de cooperação em que o levantamento de ideias favoreça a elaboração e qualificação do pensamento, permitem a análise dos pontos de vista concordantes e discordantes, favorecem a síntese que contemple a diversidade e a complexidade do conhecimento e garantem a ação – reflexão – ação dos sujeitos. A síntese, análise e síntese da teoria dialética, fundamentais na mobilização, construção e elaboração do conhecimento, deverão ser procedimentos desenvolvidos em sala de aula.

O educador em uma metodologia que considera a participação ativa do educando deverá desafiar, provocar, contagiar, despertar o desejo pelo conhecimento agindo como um facilitador e problematizador das situações de aprendizagem. Deverá ter domínio do conteúdo que ministra para dar ênfase, relacionar, criar, chamar a atenção, organizar as ideias, “induzindo” o educando a “um campo de força psíquica” (Vasconcelos, 2005).

A investigação sobre o que de fato é relevante ser discutido em sala de aula deverá ser um trabalho coletivo dos educadores. Mapear os conceitos estruturantes das áreas do conhecimento, os conceitos básicos das diversas disciplinas, traçando uma aproximação entre o que é comum e observando o que é específico, trará um alinhamento das concepções, princípios e valores. A opção metodológica deverá respaldar essa concepção, esses princípios e esses valores.

Ao selecionar as expectativas de aprendizagem, os conteúdos de aprendizagem e os processos avaliativos em uma pedagogia ativa, o levantar dos conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema a ser discutido é de fundamental importância para despertar a curiosidade e o interesse. A problematização, empregada como elemento disparador, mobilizará a pesquisa e colocará em voga os procedimentos de estudo. Ao sistematizar os processos, criando sínteses parciais do conhecimento, os alunos poderão reconsiderar seus caminhos e aprimorar suas competências cognitivas.

O educador sai do papel de mero transmissor de conhecimento e assume o papel de articulador dos processos, auxiliando os alunos na construção do próprio conhecimento. A apreensão crítica, tão importante para a reflexão e a tomada de decisão, possibilita a análise conjunta de educadores e educandos e a escolha de um posicionamento e de uma proposição pertinentes aos valores defendidos pelo programa. A avaliação diagnóstica e processual apontará os avanços e retrocessos e finalmente a avaliação somativa apontará o que de fato permaneceu ancorado nos sujeitos. O trabalho e a pesquisa, dessa forma, serão os princípios articuladores da metodologia.

O professor, na concepção que considera a dialética da mobilização, deverá considerar que tanto ele quanto o aluno tem um caráter ativo. Como disse Paulo Freire em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, 1987, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo”. “Os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

O diálogo existente entre professor e aluno, constituirá a rede de relações onde o conhecimento se edificará. A superação das diferenças resultará num novo perfil do educando e do educador: “não mais educador do educando”, não mais educando do educador, mas educador-educando com educando-educador”(Freire, 1987).

O perfil docente, para desenvolvimento deste projeto educacional emancipador, levará em consideração as relações humanas de afetividade, respeito, compromisso e companheirismo. O educador deverá agir como alguém que desafia, provoca, contagia e desperta o desejo para a aprendizagem. Deverá ser um agente de mudanças, um parceiro privilegiado que auxiliará o aluno na construção de sentido sobre o que vê e toca.

O educador para se transformar num agente de mudanças, deverá participar do estudo, discussão e formulação do currículo comprometendo-se com as ações e resultados desse currículo; participar de formação em serviço para melhoria de suas competências pedagógicas; dominar as estratégias metodológicas fundamentais para o desenvolvimento do protagonismo juvenil; desenvolver atividades ou tarefas de aprendizagem que mobilizem os alunos para o trabalho e a construção do conhecimento; intervir no processo de aprendizagem dos alunos agindo como par avançados nas problematizações e sistematizações; ter intencionalidade em suas práticas, planejando atividades globalizadas que considerem os objetivos amplos da área de conhecimento, os objetivos específicos de sua disciplina, o interesse e conhecimento do aluno pelo tema; organizar o tempo didático em modalidades organizativas de forma a desenvolver as sequências didáticas, as atividades permanentes, as atividades ocasionais e os projetos didáticos; acompanhar e avaliar as expectativas de aprendizagem, os conteúdos de aprendizagem e os processos avaliativos, empregando o “erro” como estratégia de ensino-aprendizagem, aproveitando os distratores apontados pelos alunos como referenciais importantes para a tomada de decisão quanto aos caminhos a trilhar.

O professor deverá ser um observador do processo de desenvolvimento de seus alunos, agindo como um parceiro solidário que participa das etapas de construção do conhecimento, auxilia na edificação dos conceitos, verifica a aprendizagem e intervém de forma a garantir o crescimento contínuo e integral de seus alunos. Agindo como interventor e mediador do processo de aprender do outro, empregará o diálogo para intercâmbio entre as pessoas.



As competências, intencionalmente escolhidas pelos professores para desenvolvimento de suas práticas, devem alinhar os diversos conhecimentos para o desenvolvimento de habilidades específicas. O documento do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) é a grande referência para o planejamento do trabalho docente, pois apresenta a relação dos grupos de competências e habilidades de cada área do conhecimento, bem como a listagem dos objetos de conhecimento que são o meio didático para a concretização desse novo currículo.

O aluno, sujeito histórico, protagonista, que busca no trabalho intelectual sua autonomia, atua no Programa “Tem Jeito Sim” como parceiro na construção dos saberes. Emprega suas habilidades e competências na resolução de problemas e na proposição de estratégias que auxiliem no ressignificar das ações e das relações. Fará intervenções solidárias na realidade respeitando sempre os valores humanos e a diversidade cultural. Deverá trabalhar sobre o objeto do conhecimento estabelecendo relações, observando regularidades, pesquisando as especificidades; apropriar-se da cultura do povo onde está inserido com vistas ao desenvolvimento de sua personalidade

humano-histórica. “*Sem o trabalho, não existe o homem em seu sentido histórico, pois é por meio do trabalho que ele produz sua materialidade e sua cultura*” (Paro, 2011).

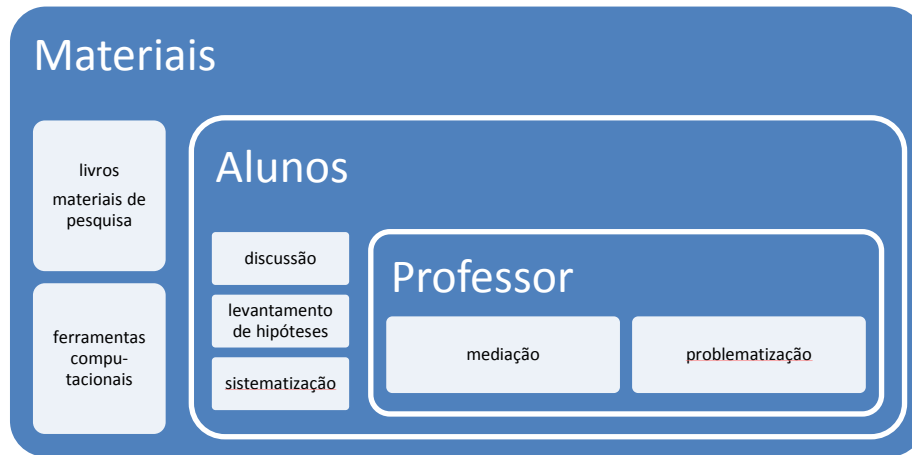
Seguindo a teoria da aprendizagem significativa de Ausubel, o aluno deverá ser um sujeito que relaciona sua experiência de vida pessoal com o objeto de conhecimento desenvolvido em sala de aula, reformula problemas de modo a incentivá-lo a aprender mais, estabelece diferentes tipos de relações entre fatos, objetos, acontecimentos, noções e conceitos, apresenta mudanças de comportamento, contribui para utilização do aprendizado que será utilizado em novas situações, não se atendo somente aos aspectos cognitivos da questão, mas aos procedimentos, às atitudes, aos valores e aos princípios.

As diferenças individuais deverão colaborar para o entendimento de que o conhecimento se constrói na parceria com o outro, acontecendo de diversas maneiras e nos diversos tempos. Está relacionada à possibilidade de os alunos aprenderem por caminhos diferentes

O aluno, no Programa “Tem Jeito Sim”, empregará diferentes meios e formas de expressão, percebendo as informações culturais de modo diverso e assimilando noções e conceitos a partir de estruturas motivacionais e cognitivas.

A sala de aula no Ensino Médio deverá ser um fórum de debates e negociações de concepções e representações da realidade e espaço de conhecimento compartilhado. As práticas didáticas de sala de aula deverão considerar essa nova dimensão do saber, integrando os conhecimentos das ciências naturais aos conhecimentos das ciências humanas. Deverá ser espaço prioritário para a criação e a estimulação de alunos e professores.

Os múltiplos recursos didáticos e tecnológicos deverão servir de apoio ao processo de ensino aprendizagem.



Os processos avaliativos no Ensino Médio deverão servir de parâmetros para atuação de professores e aprendizes e deverão contribuir para tornar os estudantes conscientes de seus avanços e necessidades. Devem ocorrer no dia a dia de sala de aula, no momento das discussões coletivas, na realização de tarefas pessoais, nas avaliações de múltipla escolha, nas avaliações dissertativas, nas avaliações externas.

Os processos avaliativos deverão localizar as dificuldades e apontar quais competências e habilidades ainda não foram adquiridas pelos alunos. Deverão apontar se os alunos estão se aproximando ou não das expectativas de aprendizagem consideradas relevantes para o ano do ciclo. Além de sinalizarem os percursos do processo ensino aprendizagem, as avaliações deverão, também, se constituir em instrumento de integração curricular, auxiliando na superação das dificuldades.

Uma proposta pedagógica, que tem por objetivo a formação integral de seus alunos, deve recorrer a uma avaliação que percorra todo o processo educacional e que seja intrínseca a ela. Deverá permitir que seus educadores verifiquem as aprendizagens ocorridas por seus alunos, realizem adequações em suas práticas pedagógicas, aferiram os resultados dessas avaliações e ajustem constantemente seus processos de ensino. A avaliação deverá integrar o processo educativo no qual todos aprendem e ensinam, avaliam e são constantemente avaliados.

Como toda atividade humana, a educação não somente é passível de avaliação como tem na avaliação um elemento importante de sua constituição. Sua utilização se dá em dois momentos distintos: durante todo o processo ou realização de uma tarefa de

aprendizagem e diante do produto dessa tarefa de aprendizagem. Como pontuou Paro (2011), podemos falar em avaliação em processo e avaliação de produto.

Durante anos, o sistema educacional brasileiro empregou avaliações formais para conhecer o grau de aproveitamento de um aluno. Verificou, mas teve extrema dificuldade em analisar o significado dos indícios encontrados. Verificar sem que uma intervenção competente seja apresentada de nada serve para o aumento do nível de desempenho dos alunos. Uma avaliação, de fato, deve apontar as dificuldades, facilidades, necessidades e avanços, propondo ações que levem os alunos à superação de suas dificuldades. Deve ter por objetivo o diagnóstico, o acompanhamento da aprendizagem, o mapeamento das conquistas e dos problemas a serem superados, deve ter, portanto, um caráter investigativo e processual.

Para adotar a avaliação por competência, é necessária uma discussão aprofundada sobre a metodologia e a didática aplicadas à sala de aula. As situações de aprendizagem devem colocar o aluno em contato com o ambiente de forma real e significativa, apontando objetivos claros quanto ao significado das disciplinas e aos propósitos do projeto educacional. Com base nesses indicadores, os docentes poderão definir os procedimentos da avaliação que permitirão aos alunos e a eles próprios uma gestão dos erros e dos processos de superação (Sant’Ana, 1999).

Três funções distintas fazem parte da avaliação: 1) diagnosticar os interesses, habilidades, conhecimentos e necessidades dos alunos quanto aos objetivos educacionais previstos para seu ano do ciclo; 2) reorganizar a ação docente, fornecendo indícios de como: a) melhorar a aprendizagem dos alunos, b) selecionar boas intervenções pedagógicas, c) enfrentar os desafios da prática docente, d) elaborar estratégias de ensino; 3) dar oportunidade para o desenvolvimento individual dos alunos para que aprimorem a capacidade de autoavaliação e o desenvolvimento de estratégias pessoais de resolução de problemas.

Deverá ser contínua e processual utilizando para isso vários instrumentos:

Programa “Tem Jeito Sim” – Colégio Nacional
Para ler o Programa completo, acesse:

- 1) avaliação diagnóstica: levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos a respeito dos conteúdos de aprendizagem que se pretende desenvolver; mapeamento do nível de compreensão que as problematizações causarão aos alunos; percepção sobre a criação (ou não) de atitude motivadora e favorável diante da apreensão do novo conhecimento;
- 2) avaliação formativa: sistematização parcial do conhecimento que ocorre ao término de uma sequência didática ou atividade de ensino e indica ao professor e aos alunos as possibilidades de prosseguimento ou retomada das ações. Esse acompanhamento pontual do caminhar do aluno dará ao professor condições de intervenção no processo de aprendizagem não permitindo lacunas que comprometam o entendimento e a metacognição. Esse instrumento poderá utilizar a pesquisa individual, o trabalho em grupo (sempre sob orientação do professor, que escolherá as duplas, trios ou grupos produtivos), os trabalhos de campo, as atividades de sala de aula, as tarefas de casa, os procedimentos de estudo e as provas coletivas;
- 3) avaliação somativa: sistematização final do conhecimento que ocorre ao término de uma unidade ou projeto de ensino. Esse instrumento poderá utilizar provas individuais de múltipla escolha, provas individuais dissertativas, monografias, projetos. Assim como a avaliação formativa, esse instrumento de avaliação deverá apontar as falhas dos caminhos percorridos, a necessidade de fixação ou mesmo recuperação de informações. Fornecerá ao professor a indicação do rendimento individual dos alunos após um trajeto percorrido. Não deverá ter cunho classificatório e sim servir ao professor como instrumento de avaliação da sua postura didática e metodológica e servir ao aluno como instrumento de autoavaliação e autorregulação (mapeamento dos itens que ainda necessitam de fixação e reforço).

Segundo Vasconcellos (2005), conhecer é construir significados (produtos), por meio do estabelecimento de relações (processos). Partindo dessa lógica, a avaliação somente terá sentido se incluir tarefas contextualizadas; abordar problemas complexos que coloquem em voga as competências desenvolvidas na relação com o professor, com o próprio aluno e com os seus pares; exigir a utilização funcional dos conhecimentos disciplinares e colocar em evidência as competências e as habilidades alcançadas durante o processo de ensino-aprendizagem. A avaliação educacional, finalmente,

Programa “Tem Jeito Sim” – Colégio Nacional
Para ler o Programa completo, acesse:

deverá ter, como unidade de análise, o vínculo indivíduo-sociedade em uma dimensão histórica (Franco, 1995), ou seja, estar vinculada aos processos de mudança; às ações, relações e movimentos dos indivíduos; às práticas sociais.